

Cidade de Granito e de Manguê

*Alexandre Silva Rampazzo*¹

Resumo: Tendo como motivação o debate na interface entre a antropologia e a economia, da configuração do valor de troca a partir de pressupostos culturais, e a recente delimitação do campo teórico da antropologia do consumo, examina-se o universo simbólico do município de Vitória. Com base em dados e monumentos históricos, é apresentado um estudo exploratório acerca das hierarquias simbólicas da cidade. Estas hierarquias são descritas em eixos metonímicos e metafóricos de oposição binária, estruturalmente, e revelam-se na análise dos significados culturais do sistema de objetos da cidade. É também discutida a inserção e a interpretação de objetos híbridos de significado neste sistema classificatório.

1. Os valores econômicos são construídos com apreço

*Toda sociedade, por meio de sua cultura, busca e em alguma medida encontra valores.*²

Franz Boas

O preço das mercadorias é determinado na esfera econômica da troca. Entretanto, é constantemente despercebido que tal precificação é influenciada por padrões de comportamento, crenças e significados culturalmente hierarquizados.

Como diz Sahlins (2003:44), “mas que são as famosas esferas de troca, a não ser o momento funcional de um sistema de objetos? E o sistema de objetos? A transposição, em outro plano, do esquema da sociedade.” Depreende-se desta afirmação, que descrever este sistema de objetos é, igualmente, descrever o sistema social e pré-condição para entender esta esfera de trocas.

¹ Alexandre Silva Rampazzo é Mestre em Antropologia pela UFF (2004) e Especialista em Marketing pela ESPM (2000). Também é Professor de Antropologia do Curso de Serviço Social da EMESCAM e de Mercadologia em cursos de pós-graduação. Email: alexramp@terra.com.br

² Boas *apud* Stocking Jr, 1968:199. Tradução livre.

É declaradamente admitido, por parte dos economistas, que a curva de demanda pode variar a partir do gosto dos consumidores, o que explicita um fator cultural a condicionar a existência desta curva – e que implicará no preço do produto. “O gosto”, segundo Bourdieu (1979:194, tradução livre), “é o operador prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele faz acessar as diferenças inscritas da *ordem física* do corpo, à *ordem simbólica* das distinções significantes.”

O gosto pode ser tomado como mediador entre o valor cultural e o econômico, na medida em que reproduz e engendra um sistema de preferências, na opinião de Bourdieu (*Ibid.*, p.195), “um conjunto de escolhas constitutivas de *estilos de vida* classificados e classificadores que tiram seu sentido, quer dizer seu valor, da sua posição no interior de um sistema de oposições e correlações”, ou seja, no interior de um sistema cultural, um sistema classificatório: “Um sistema de signos socialmente qualificados (como ‘distintos’, ‘vulgares’, etc.)” (*Ibid.*, p.192).

Assim, a valoração, no âmbito do sistema social, é o mecanismo de operar distinções e hierarquizá-las, ou seja, atribuir valores, dentro deste “sistema de signos socialmente qualificados”. Onde, por exemplo, às palavras “esquerda” ou “direita”; “morro” ou “asfalto”; “estabelecidos” ou “forasteiros” – estas detalhadas por Norbert Elias (2000) – entre tantas outras, são atribuídos conceitos valorativos como “melhor” ou “pior”, para além da mera distinção de significados entre duas ou mais categorias. Mas, também, onde novos objetos, ou signos, recém criados e classificados, são colocados em patamares deste sistema. A valorização cultural é antecedente à valorização econômica, mais um motivo pelo qual a cultura deve ser analisada, sendo empiricamente observada no conjunto de hierarquias simbólicas. E há uma relação destas hierarquias simbólicas com as decisões e as escolhas sociais, pois estas escolhas são feitas levando-se em consideração este sistema simbólico. Não quer dizer que as escolhas sempre emulem o sistema simbólico; existem razões práticas para as decisões que muitas vezes afastam a ação real, a prática praticada, do ideal social. Todas as decisões, no entanto, não estão sempre aparentes enquanto decisões. Os hábitos, os comportamentos freqüentemente expressam decisões tradicionalmente aprendidas. Cabe ao pesquisador fazer

referência, ou revelar, este sistema simbólico socialmente construído, mas que também condiciona o funcionamento social.

A partir destas considerações, que evidenciam a relação entre o valor econômico e os valores culturais – estes tomados enquanto vetores de ordenação do sistema simbólico que estrutura as interações sociais – pretende-se analisar neste artigo a cidade de Vitória, à maneira do detetive; seja analisando os fatos históricos ou os detalhes de sua configuração que permitam desvendar a estrutura de significados presente na ordenação espacial da cidade. Há sim, uma intenção metodológica de aproximação com o “indiciarismo” (GINZBURG, 1989), mas talvez, pelo hibridismo do autor, um indiciarismo com quê de “*bricolage*” (STRAUSS, 2005).

Este exercício aqui descrito foi especialmente pensado como preâmbulo a outros estudos dirigidos a analisar, por exemplo, o valor da terra, e o mercado imobiliário, em especial no âmbito da Antropologia do Consumo; mas sendo os valores culturais um estudo de base, pode-se derivar deste tipo de exercício a fundamentação para outras temáticas, como a do preconceito, entre outras.

2. O passado de Vitória: a gênese das oposições binárias

Este trecho busca explicitar algumas implicações históricas da formação do povo capixaba, especialmente aquela da relação dominante e dominado que caracterizou a prevalência do português sobre o índio, estabelecendo a cultura européia como valor dominante; e como estas implicações desdobram-se em eixos de significado metonímicos e metafóricos a ordenar a ocupação espacial da ilha de Vitória.

Quando duas sociedades entram em contato, também se estabelece uma hierarquização: “vemos o tempo se insinuando, quando uma sociedade entra em contato com outra, tendo de criar uma ideologia para explicar suas relações de dominação ou subordinação com outro sistema” (DAMATTA, 1997:28). É interessante notar que, o aniversário da cidade, dia 8 de setembro, faz seqüência,

em estilo metonímico, ao dia 7 de setembro, dia da pátria, reforçando o significado do primeiro e vice-versa na condição de rito de afirmação de independência; realçando na cidade de Vitória este tempo vazio, do feriado prolongado, pronto para ser repleto dos significados de suas festividades. Como pontua Roberto Da Matta (*Ibid.*, p.54), “o tempo do dia da Pátria é único, acentuando o rompimento definitivo com o período colonial e o início de uma ‘maioridade política’. É, pois, um *rito histórico de passagem*, já que sua *performance* visa não só a recriar um momento glorioso do passado, mas muito especialmente a marcar a passagem entre o mundo colonial e o mundo da liberdade e da autodeterminação”. Se o dia da pátria marca a transição entre o período colonial e a independência; não é descabido dizer que o aniversário da cidade de Vitória, comemorando uma lendária vitória sobre os índios na fundação da Vila Nova, marca a transição entre um período de natureza indomada e o início da vida colonial (cultural) propriamente dita, numa literal oposição entre natureza e cultura. Este tipo de oposição serve como base inicial para descrever complexos esquemas estruturais – como, por exemplo, em Lévi-Strauss (2004), e por isso é tomado como ponto de partida para delimitação do espaço simbólico da ilha de Vitória.

É digna de nota a descrição que o historiador Basílio Daemon faz da chegada de Vasco Coutinho – ato fundador da colonização portuguesa no Espírito Santo. Nela, observa-se claramente que da caravela não saltaram apenas os 60 colonos portugueses, mas todo o seu universo cultural.

1535 - (...) Ao desembarcar Vasco Coutinho e os seus companheiros, os indígenas obstaram a que saltassem em terra, mas foram logo repelidos pelas armas, e com tal afoiteza e denodo que os aborígenes fugiram para os centros das matas, podendo eles então tomar conta da terra e assentar seus arraiais entre duas colinas, como confirmam diversos historiadores e cronistas. Ordenou o donatário o dar-se princípio a uma povoação neste inculto território, já construindo-se cabanas, já entregando-se ao plantio das sementes que trazia, já edificando-se um forte no lugar onde hoje se acha a fortaleza de Piratininga, como à construção de uma pequena capela próxima à praia e no fim da mesma, pouco mais ou menos no lugar hoje denominado rua de São João, e talvez com essa invocação, por ser o nome do monarca português, quem o sabe? Vasco Fernandes Coutinho ordenou ainda a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir no lugar conhecido hoje por *Sítio Ribeiro*. (...) Levantaram ainda para

correção dos criminosos e execução de outros um pelourinho e forca em uma pequena ilha que existe em frente à pequena enseada da vila do Espírito Santo, e que ainda até hoje conserva o nome *ilha da Forca*. “Dizem as crônicas que ali se fizeram execuções e castigos tanto a portugueses como a indígenas” (DAEMON, 1879).

A predileção dos habitantes da cidade pelo gosto europeu é lembrada por Luiz Guilherme Santos Neves (BIARD, s/d), ao se referir ao compatriota de Biard, Saint-Hilaire, que esteve por Vitória em 1818: “Bom observador, nota o zelo na conservação e embelezamento das casas, muitas delas de dois andares com vidraças nas janelas e ‘lindas varandas trabalhadas na Europa’. Registra ainda a ausência de cais e de praças e gaba a excelência das águas de que se serve a população nas fontes públicas”. As varandas européias opõem-se à falta de praças, sendo exemplares do melhor e do não tão bom, que a sociedade vitoriense podia oferecer e que dão pistas do sistema classificatório a hierarquizar os equipamentos públicos. A seguir, busca-se entender estes eixos principais de oposição a conformar a geografia cultural da cidade.

Vitória é uma ilha, metade dela voltada para o oceano. A outra metade, voltada para o mangue. Julia Lopes de Almeida testemunha, no início do século XX, esta oposição binária que se superpõe àquela do mito fundador da cidade e também descreve o processo de desenvolvimento, pois é justamente nesta época que Vitória começa ganhar contornos modernos. Júlia era romancista carioca e veio a convite do governo conhecer o ES. Depois de sua visita escreveu um artigo lisonjeiro, um típico relato de viajante publicado em 1912³, do qual estão transcritos trechos que retratam, na noção de progresso, e a oposição entre natureza e cultura que cinge em dois pólos a cidade:

Vitória, se não é, como a Lisboa cantada pelo poeta, uma cidade de mármore e de granito, é uma cidade de granito e de mangue. [...]

Os mangues, a que aludi, começam a desaparecer sob as camadas do aterro. Na parte baixa da cidade, em uma planície conquistada a um antigo e extenso lodaçal, Vila Moscoso, vi o debuxo de duas avenidas e um parque já com o leito do seu lago pronto e já

³ Material originalmente publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1912.

combinadas as suas futuras sombras pelo agrupamento das plantas, indicadas nos relvados nascentes.

Em frente a esse campo, agora todo drenado e enxuto, onde em vez de caranguejos patinando em lama correrão em breve as crianças por sob a galharia das árvores benéficas, o Quartel de Polícia, livre agora das umidades geradoras do beribéri, que se infiltravam nas suas paredes precipitando a ruína do edifício e a morte dos soldados, firma-se em terra seca e mostra internamente condições de higiene, que não sei se serão comuns em outros quartéis. [...]

Não longe desse lodaçal desaparecido, está desaparecendo também um mangue, engolido pelo aterro do hospital novo. Esse hospital é edificado em pavilhões separados, quase concluídos, olhando do alto de uma colina para a cidade e para o mar. Se bem entendi o meu cicerone, para construírem esses pavilhões em terreno nivelado fizeram um platô no alto da colina, e é com a terra tirada para esse efeito que aterram o mangue próximo, saneando o local e prolongando uma das ruas mais bonitas de Vitória, que é a Avenida Schmidt. [...]

Foi no bairro Rubim, antigamente Cidade de Palha, que eu vi as obras, que acabo de citar. [...] Que é a cidade de palha? Uma vila de operários, uma espécie do nosso Morro de Santo Antônio, mas sem lixo, com alegria, com asseio, com água. [...] Antigamente todas as cobertas das habitações desse bairro eram trançadas com folhas de palmeira ou com sapé. Era o canto da pobreza, bem significativo e bem pitoresco, entretanto.

Hoje as casas têm paredes caiadas, e a maioria delas é coberta de telhas. Pode-se ainda assim, conforme observou o ilustre médico que me acompanhava, presidente do Congresso espírito-santense Sr. Dr. Júlio Leite, a cujo espírito e a cuja amabilidade seria ingratidão muito feia não fazer eu aqui uma referência, estudar nesses telhados da Vila Rubim, alinhados em vários planos como nas camadas geológicas, as diferentes épocas da sua história.

Ao lado de um ou outro teto de palha ainda refratário, vê-se um de zinco com a sua cor natural, para logo adiante aparecerem outros também de zinco, mas já pintados de vermelhão ou verde, até aos outros, de telha comum. Não será preciso esperar muito para surgirem entre eles alguns de terraço, com as competentes balaustradas e tinas para flores...

Em contraposição ao bairro dos operários, a antiga Cidade de Palha, há o bairro elegante da Praia do Suá, preferido por toda a gente que pode hoje na Vitória construir um chalé ou um palacete. Fica um pouco distante do centro. Corresponde em ponto muito mais pequeno e em relação à cidade à nossa Copacabana (ALMEIDA, 1912).

Percebe-se nos dizeres de D. Júlia, o antagonismo entre natureza e cultura que a ideologia, na acepção clássica de sistemas de idéias, levava a valorizar o

progresso com características europeias, com o objetivo de vencer e distanciar-se da natureza, cuja conotação negativa era atribuída ao mangue. Uma oposição marcada entre o mangue gerador de beribéri e o granito português. Entre os caranguejos e as árvores benéficas. Entre o sapé e as telhas. Entre a lama e os aterros.

A descrição que a autora faz dos telhados das casas da Vila Rubim, reproduzindo a informação de um nativo da cidade (comparando-os a camadas geológicas), lembra a disposição de objetos no Museu do Homem na França em princípios do século XIX: uma abordagem evolucionista da história e da cultura humanas, em pretensa direção ao mais evoluído. Abordagem esta, que embora superada pela teoria antropológica, parece ainda ser a base do senso comum organizador da vida social.

Uma análise dos dizeres deste “pitoresco” relato permite delinear uma característica, denominada neste artigo de estrutura elementar do valor cultural, que é a de combinação dos significados em eixos metonímicos e metafóricos.

A disposição dos termos em uma relação de contigüidade possibilita melhor demonstrar a estrutura dos valores culturais que se opõem, hierarquicamente, em dois eixos. Extraídos do relato: 1) Parques – palacetes – policiamento – hospitais – higiene – água pura – árvores benéficas – avenidas – bonde elétrico – luz elétrica – granito – seco... Em oposição a: 2) Mangue – caranguejo – lama – água servida – beribéri – operários – bonde puxado a burro – lâmpadas a querosene – lixo – sapé – úmido – vielas...

A característica da contigüidade, também denominada metonímia, é de dar ao espectador o poder de completar a lista indefinidamente, como um jogo de adivinha, em que basta conhecer um pouco mais as particularidades do sistema classificatório local para ser capaz de jogá-lo.

Outra estrutura elementar do valor está no arranjo dos significados em metáforas. Ingredientes fora do eixo metonímico, que guardam relação de semelhança com

estes, mas em outro contexto, e possibilitam a absorção de um significado externo ou o reforço do significado original de um significante nativo, apenas pela ação de fazer alusão ao significado estrangeiro, ou à posição deste no seu respectivo sistema simbólico. Por exemplo, quando a autora descreve as analogias entre Vila Rubim e Morro de Santo Antonio; entre Praia do Suá e Copacabana. No último caso, o valor positivo atribuído à Praia do Suá é ampliado ao estabelecer uma comparação com o elemento Copacabana, na época o bairro mais valorizado no Rio de Janeiro.

A metáfora, enquanto relação de semelhança pode também ser imaginada como um signo substituto. Se não tenho o signo original, vou com a metáfora, reduzida ou aumentada. Água pode ser Champagne:

Se para os ricos e os remediados a água era ainda há três anos na Vitória um líquido quase tão precioso como o Champagne, imagine-se o que seria para os operários, que a não podiam comprar com a mesma facilidade, porque na estação estival cada lata (das de querosene) cheia de água custava 200 réis, 500 réis e, quando a seca apertava, dez tostões e por muito favor! Então ela era colhida dos mananciais escassos da ilha, distribuída em quatro chafarizes da cidade, fora alguns poços para serventia pública (ALMEIDA, 1912).

No exemplo, não só a água em latões era uma corruptela da água da fonte, e neste sentido menos valiosa, porque menos pura, mas a comparação com o Champagne empresta nova tintas ao significado principal “água”, aumentando o seu valor simbólico.

A cidade de Vitória ocupava no final do século XIX uma estreita faixa de terra, equivalente à parte do que é hoje o Centro da Cidade. Ao observar-se o detalhamento da cidade, em 1895 (no mapa abaixo), pode-se perceber uma clara cisão entre dois lados da cidade, na perspectiva do valor cultural.

A Leste, o forte São João, símbolo da honra e da defesa da terra (fora do mapa), a Fonte da Capixaba, cujas águas sagradas batizaram o povo desta terra, e o Jardim

Municipal, local de apreciação estética. A Oeste da cidade, em oposição, encontramos o Campinho⁴, áreas alagadas da cidade e impróprias para construção; a Santa Casa de Misericórdia, o Leprosário da Ilha do Príncipe, e fora do mapa, a “Cidade de Palha”, construções populares que tinham este nome pela maneira como os moradores fabricavam os tetos das casas. Para completar este eixo de oposições, a linha de bonde elétrico inaugurada em 1912 por Jerônimo Monteiro, tem como seu ponto final, no lado Leste, a Praia do Suá (Copacabana capixaba), e do lado Oeste, o Cemitério de Santo Antônio, cujo terreno tinha sido comprado em 1890 e inaugurado em 1912.

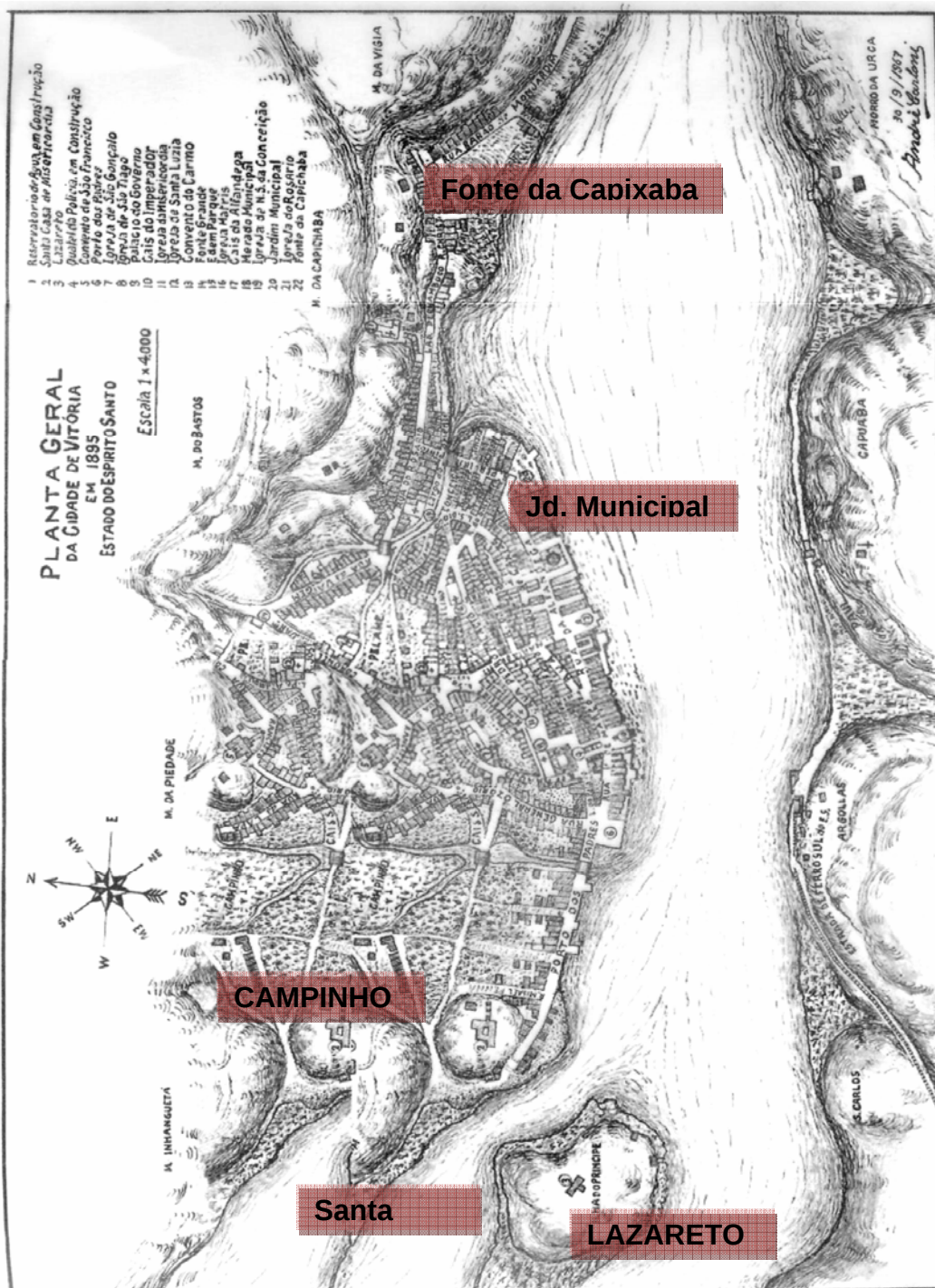
Essa configuração da cidade representava então, a oposição entre eixos metonímicos: 1) Leprosário, Santas Casas, campinho úmido, cidade de palha (Morro de Santo Antônio) e cemitério.⁵ Em oposição a: 2) Praia do Suá (Copacabana), Forte São João, Fonte da Capixaba e Jardim Municipal.

A divisão destes eixos em desejável e indesejável terá relação com a demanda imobiliária. A observação pode ser feita, diretamente no mapa, notando-se como se dá a distribuição das casas nos quarteirões contíguos ao campinho. Nestes quarteirões as casas se encontram ou voltadas para o mar, ou voltadas para a cidade, mas distantes o máximo possível do campinho.

⁴ “O campinho era um manguezal constantemente alagado – principalmente em épocas de chuva – já que recebia o escoamento dos morros circundantes. Anteriormente denominado lapa do Mangal, a região ligava-se com o mar. Com o aterro que originou a Rua do Comércio – atual Florentino Avidos, a ligação ficou obstruída, impedindo deste modo o escoamento das águas, que, assim, passaram a ficar represadas. O local, portanto, permanentemente alagado, passa a ser foco de doenças, pois ali se depositava parte do esgoto da região em torno” (KUSTER, 2003:78)

⁵ O morro Inhanguetá, que na língua tupi quer dizer “muitos demônios”, e localizado também na parte oeste da cidade, no mapa, poderia ser inserido neste eixo, mas não temos informação sobre a permanência e a força deste significado cultural à época. Mas, fica aqui o registro.

Figura: MAPA DA CIDADE DE VITORIA EM 1895



Mapa da Cidade de Vitória 1895 (in CAMPOS JR, 1996, p.205). Nota-se o arranjo das casas que fogem do campinho, e a oposição estrutural entre a Fonte da Capixaba, o Jardim Municipal, de um lado da cidade, e o Lazareto da Ilha do Príncipe, a Santa Casa de Misericórdia e o Campinho, do outro.

3. Estátuas da cidade: estabilidade e permanência dos significados

A cisão da cidade em dois eixos simbólicos é prontamente reafirmada quando é feita a análise da distribuição dos monumentos presentes na cidade, e dos significados a eles atribuídos.

A obra *“Catálogo dos Monumentos Históricos e Culturais da Capital”* foi editada pelo professor e historiador Willis de Faria em 1992, com o apoio da lei municipal Rubem Braga de incentivo à cultura e traz um apanhado dos monumentos da capital existentes à época, com um resumo histórico de cada monumento e seu registro fotográfico, e teve como objetivo resguardar para a memória capixaba, resumidamente, a história dos monumentos da cidade.

Diferentemente do objetivo do autor, a leitura aqui apresentada da obra procura sugerir os aspectos simbólicos que poderiam estar associados aos bairros da capital, a partir dos motivos estampados nos monumentos da cidade. O presente texto observará o número de monumentos por bairro, e incluirá, igualmente, uma breve análise, por exemplo, recorrendo à história de cada monumento ou à interpretação de seus temas, cujo resultado revela os significados culturais atribuídos à cidade ou seu “simbolismo” (SPERBER, 1978).

Essa relação entre estátuas e estrutura social, é comentada com certa ironia na descrição do antropólogo Marshall Sahlins do debate entre um erudito americano e um antropólogo francês, ilustrando a importância das forças estruturais (e das estátuas) numa sociedade.

Depois de longo questionamento e discussão, o americano sintetizou os seus pontos de vista desta forma: ‘tenho um amigo’, disse ele, ‘que está fazendo um estudo sociológico das estátuas eqüestres no Central Park. É uma espécie de estruturalismo. Ele encontra uma relação direta entre o status cultural do cavaleiro e o número de pernas que o cavalo tem levantadas. Uma perna suspensa tem conotação política e histórica diferente de um cavalo empinando-se nas pernas traseiras ou de outro em galope voador. É claro que o tamanho da estátua também faz diferença. ‘O problema é que’, concluiu ele, ‘as pessoas já não correm mais a cavalo. As coisas que são obsoletas numa sociedade, sem dúvida,

essas você pode estruturar. Mas os problemas políticos e econômicos reais não estão decididos e a decisão dependerá de forças e recursos reais’.

O antropólogo parisiense pensou sobre o assunto um momento. ‘É verdade’, disse finalmente, ‘que as pessoas já não correm mais a cavalo. Mas elas ainda constroem estátuas’ (SAHLINS, 2003:28).

O monumento enquanto signo está associado à história e aos marcos históricos oficiais. É esperado que o número de monumentos por bairro deva reproduzir a importância atribuída ao mesmo. Assim, o bairro com maior número de monumentos, deve ser, como o nome indica, o “Centro” da Cidade, e que a tabulação confirma, podendo ser considerado como o núcleo da história oficial e dos registros históricos oficiais. A região da Praia do Canto, por assumir a posição de novo centro econômico e social da capital, deveria também ter um número significativo de monumentos, colocando-se de fato, como mostra a apuração, em segundo lugar em número total de monumentos.

Tabela 1
Quantidade de Monumentos por Bairro

BAIRRO	MONUMENTOS
Centro	33
Praia do Canto e Enseada do Suá	9*
Maruípe**	5
Forte São João**	4
Jucutuquãra	1
Praia do Suá	1
Jardim da Penha	1
Santo André	1
Ilha do Príncipe	1

* São bairros contíguos (sendo, Praia do Canto – 5 monumentos e Enseada do Suá – 4)

** Os monumentos destes bairros estão mais associados a um edifício específico do que ao bairro e si. Ao edifício do “Forte São João”, sede do clube de regatas Saldanha da Gama, e em Maruípe, dentro do Hospital das Clínicas ou do Quartel da PM.

Fonte: FARIA, 1992.

Não se está sugerindo aqui, retomando a discussão da relação entre valor cultural e econômico, que há uma relação determinística entre o número de monumentos e a valorização econômica do bairro. Não. Essa relação é de contingência, entre o valor cultural e o valor econômico. O número de monumentos é um índice de valor cultural sim, mas há que se avaliar também, como se fará, o conteúdo simbólico dos mesmos. Além disso, não se está afirmando que este índice de valor dos monumentos – é englobante – emprestando o termo de Dumont (1992); ou seja, a ele estariam atrelados todos os outros indicativos de valor cultural. Não funciona assim, neste caso. Metodologicamente, o entendimento da relação entre o valor cultural e o econômico está posto, essa relação existe, mas estes mecanismos a relacionar estas duas esferas estão em processo de detalhamento por diversas pesquisas e publicações em curso, em especial no campo de estudo da Antropologia do Consumo, uma vez que na sociedade contemporânea, os bens de consumo são um dos principais, se não o principal elemento de produção simbólica. Não se trata apenas de entender o consumo em si, contraparte normalmente tratada com preconceito quando oposta aos valores do trabalho e da produção, e paradoxalmente necessária à manutenção dos níveis de produção e trabalho; mas de entender o próprio comportamento humano a partir das relações econômicas em geral, e do consumo em particular.

Um campo profícuo para novos estudos está na relação de oposição tripla entre universo simbólico, razão prática, e prática praticada, que são áreas que merecem pesquisas com objetivo de delimitar como estas três partes se relacionam. Pois é desta complexa e intrincada tríade cultural que nasce o valor econômico enquanto precificação das mercadorias, não apenas pelas decisões de consumo, mas também pelas decisões de produção. A partir desta consideração, delimita-se o presente trabalho, o qual aponta somente para a descrição do universo simbólico, e sugere como metodologia a descrição dos eixos metonímicos e metafóricos indicativos de valor relacionados ao sistema de objetos, no caso a ocupação espacial, a terra. A busca é por encontrar um fio da meada do novelo simbólico e descrevê-lo em suas particularidades de hierarquização; ao final, puxar outro fio, e assim sucessivamente, comparando-os para ver emergir ou validar um padrão hierárquico neste universo.

Dos 77 bairros da capital, apenas 10 figuram no livro analisado, como possuindo monumentos, o que demonstra a seletividade do grupo analisado. A liderança do Centro da cidade e da região da Praia do Canto comprova a preeminência do valor cultural, oficial, relacionado a estes bairros. O atual quadro reforça também a oposição entre mar e mangue, uma vez que, dos monumentos citados, apenas um situa-se no lado da ilha voltado para o mangue (bairro de Santo André). Todo o restante dos monumentos, está na outra metade imaginada da ilha, voltada para o mar. A distribuição dos monumentos também evidencia uma outra oposição que não havia chamado a atenção inicialmente, a oposição entre a ilha e o continente, pois que apenas um único monumento está localizado na região continental do município (bairro de Jardim da Penha). Fato que sugere o quanto está a identidade cultural de Vitória ligada à imagem de cidade-ilha, tendo tido esta, a ilha, a preferência da população para abrigar seus monumentos. Podem querer afirmar que isto é decorrente do processo histórico da cidade, dado que a ocupação da parte continental da cidade só começa mesmo na década de 70, e portanto seria muito recente para abrigar monumentos. Mas, o último, e por que não o mais importante monumento construído na cidade (e que ainda não existia à época da edição do livro analisado), o monumento ao “Imigrante Italiano”, o mais alto da cidade, foi colocado na Enseada do Suá. E, entretanto, vemos que os bairros da parte continental, já estão bem desenvolvidos nesta data. O que lembra a afirmação de Pierre Bourdieu (1972) sobre a “casa kabila” de que os pressupostos técnicos estão entrelaçados aos pressupostos culturais. Poderiam dizer que os bairros que margeiam a região de mangue eram pouco populosos até a década de 80 e que por isso também têm poucos monumentos, ao que se pode repetir a mesma afirmação de Bourdieu.

A abordagem qualitativa inicia-se quando uma inferência é contrariada, que seria a da inexistência de monumentos históricos em bairros economicamente menos favorecidos da cidade. Apesar do pouco número, apenas 2 monumentos⁶, era preciso analisar seu conteúdo simbólico. Interessante é que o monumento na Ilha

⁶ Desconsiderou-se desta contagem, o cômputo de 4 monumentos no bairro Forte São João, que também é de baixa renda, por se localizarem nas dependências do Saldanha da Gama, não tendo ligação direta com a comunidade de moradores. O bairro de Maruípe, assim como os de Praia do Suá e Jucutuquara, não é considerado de baixa renda.

do Príncipe, nas proximidades da rodoviária, é dedicado ao “Centenário da Absolução”, de 1988, composto de “uma bigorna, um piquete e um martelo de operário, agregado a uma corrente e algema de aprisionar escravos” (FARIA, 1992:25). O outro, de 1991, fica no bairro de Santo André, na região de São Pedro, e, denominado “Cruz de Sucata”, trazendo a inscrição: “monumento ofertado pelos pobres deste Estado ao papa João Paulo II, durante sua visita ao Espírito Santo”. Assim, parece claro que o conteúdo simbólico destes monumentos, um associado à escravidão e o outro ao lixo, ainda que reciclado, marca a condição de vida dos bairros mais carentes e possivelmente também o significado cultural que lhes é atribuído.

Os monumentos da Praia do Canto, região de alto status social, também guardam característica interessante: são em sua maioria dedicados a terras de além-mar: à Vila de Cascais (Portugal), à Grécia, ao donatário Vasco Fernandes Coutinho, ao Rotary Internacional e aos 500 anos do descobrimento da América. Tal fato reafirma, portanto, o entendimento inicial do texto que tais bairros se associam simbolicamente ao exterior e aos ventos da metrópole colonizadora. O estrangeiro pode assim ser visto nos monumentos erigidos em sua homenagem, enquanto um índice de valor dos capixabas.

Os monumentos do centro da cidade tratam, sobremaneira, de personalidades históricas: Getúlio Vargas, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Muniz Freire, Araribóia estão entre as personalidades retratadas. Nota-se a ênfase dada aos personagens que fizeram parte da história da cidade e do Espírito Santo. Há espaço até para personagens “folclóricos”, como dona Domingas, catadora de papel. O padrão de repetição de bustos e monumentos que reproduzem as personalidades históricas do estado reforça o significado atribuído ao Centro, de bairro que “personifica” a história, oficial, do seu povo. O Centro é o endereço dos heróis oficiais.

Cabe, então, analisar a ausência de monumentos históricos citados pertencentes à parte continental do município de Vitória. Vitória é uma ilha, mas uma parte importante de sua população vive na sua região continental. Entretanto, o número

de monumentos encontrados, apenas um, não respeita a proporcionalidade populacional e espacial existente hoje. De modo que é possível subentender que a tradição histórica da cidade de Vitória se encontra na ilha, e logo, que os bairros da Ilha de Vitória são possivelmente reduto da população mais tradicional da cidade – também no sentido das crenças e valores, em oposição àqueles bairros que se encontram fora da ilha, que não contam com o prestígio da homenagem da história oficial, e talvez também mais “descolados” desta tradição.

Nota-se que este único monumento da parte continental, está, por assim dizer, fora da cidade. O monumento em questão é uma estátua de Iemanjá, que fica em píer na Praia de Camburi, defronte ao bairro de Jardim da Penha. O monumento é uma homenagem feita na gestão do Prefeito Hermes Laranja, à tradição afro-brasileira⁷ e aos segmentos religiosos que ainda prestam culto a esta divindade do mar (não é do mangue), mas que destoa dos outros monumentos dedicados à religião na cidade, na sua totalidade ligados ao catolicismo. Esta “inferioridade numérica” pode bem ter determinado o posicionamento da estátua. O fato de ser colocado no píer, afastada da praia, e, portanto mais próxima do mar, é uma justificativa técnica. Mas, lembrando que os pressupostos técnicos estão justapostos aos critérios culturais, a estátua bem poderia estar no próprio calçadão, que também é perto do mar. No seu atual posicionamento, na ponta do píer e distante da cidade, a estátua de Iemanjá está, e ao mesmo tempo não está, na cidade. Vitória, “oficialmente”, é uma cidade católica.

Os monumentos ao catolicismo formam um trio de interesse: três monumentos dedicados a Papas. Encontra-se a estátua do Papa Pio XII no Centro da cidade, a “Cruz Reverente” ou Cruz do Papa, na Enseada do Suá e a Cruz de Sucata em Santo André, ambas dedicadas a João Paulo II. No alto do morro do Cruzeiro - um dos poucos em que não há favela - outra cruz, que é símbolo da Praia do Canto e da associação de moradores do bairro. Outra ligação, entre a Praia do Canto e a Enseada do Suá, é que a cruz do papa, foi concebida pelo mesmo artista plástico, Iannis Zavoudakis, que concebeu o monumento em homenagem Grécia, localizado

⁷ Inscrição no monumento: (“Obrigado, Dr. Hermes Laranja, que ‘Iemanjá’ te ilumine sempre. Homenagem do povo espiritualista do Estado do Espírito-Santo e da Federação Afro-Brasileira (FARIA, 1992:60).

na Praia do Canto. A escolha de um artista grego, radicado no Espírito Santo para um monumento importante, para a visita do papa, reforça o efeito sinérgico da combinação tradicionais-católicos-voltados ao exterior como índice de valor que serve de identidade à região da Praia do Canto e à ilha de Vitória⁸.

Sahlins (2003), em nota de rodapé, reflete que o artista escolhido para a confecção da estátua (palavra que tem a mesma raiz de “estatuto”), varia em renome, freqüentemente, conforme a importância da obra a ser erigida.

Outros italianos do renascimento, particularmente os lombardos, eram por vezes dotados em escultura, mas os florentinos eram quase sempre chamados pelas outras cidades quando se tratava de uma questão de trabalho público, quer dizer, cívico. A grande estátua equestre do *condottiere* Gattamelata, que fica na Praça de Pádua, foi encomendada a Donatello; quando os venezianos quiseram erguer uma estátua, do mesmo porte (o monumento Colleone), mandaram buscar Verrocchio. O escultor da República Veneziana era um florentino, Sansovino (MCCARTHY, *The Stones of Florence* *apud* SAHLINS, 2003:28-29).

O Monumento à Grécia também foi inaugurado na gestão do prefeito Hermes Laranja (1986-1988), assim como o monumento da absolvição, o monumento à cidade portuguesa de Cascais, e o de Iemanjá, já citado. Um legado satisfatório, em três anos, convenha-se, em termos de pistas da estrutura simbólica da cidade. É curioso notar que seu slogan de eleição foi “o prefeito dos morros e dos mangues”. De fato, é na gestão de Hermes que se inicia a urbanização de favelas e mangues da capital. Se as obras tinham ênfase na periferia, parece que era preciso afirmar o valor simbólico do mar, colocando próximo a ele monumentos, como um “contra-feitiço” preventivo, talvez, para não despertar ciúmes.

Deste modo, pode-se neste ponto da análise transcrever os eixos metonímicos a consagrarem-se nos monumentos da capital, separando-os por sua disposição espacial, que coincide com aquela de 100 anos atrás. Ou seja, os monumentos na

⁸ Iannis também foi responsável pelo monumento a Iemanjá, desconsiderado do perfil identitário predominante da cidade, pela análise apresentada. Decerto, não há dúvida que a identidade capixaba está na mistura e na diversidade. Entretanto, a definição de eixos estruturais retrata como a sociedade estrutura-se em termos idealizados.

direção oeste do campinho – hoje Parque Moscoso, e aqueles na direção leste, voltados para o mar. Os eixos metonímicos valorados positiva e negativamente, poderiam ser descritos como segue, na oposição descrita a partir da análise feita das estátuas da cidade, e reforçam a idéia da relação entre dominantes e dominados, como base da lógica classificatória: 1) Personalidades históricas – Catolicismo – Bronze - Países estrangeiros... Em oposição a: 2) Escravidão – Catolicismo⁹ - Sucata – Vazio de monumentos...

Tais contrastes, contudo, não são propriamente uma novidade, pois não apenas se superpõem aos relatos de Júlia de Almeida (1912), sobre a divisão da cidade de granito e de mangue, mas reproduzem também com grande similaridade de significado, a título de ponderação, a oposição evidenciada pioneiramente e com “indiciarismo” (COELHO, 2007) por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933). A diferença, marcante, é que Freyre descrevia o período colonial, ao passo que se está falando de Vitória do ano de 1992, e ainda pode-se notar, para o bem e para o mal, a permanência dos significados.

Evidencia-se como premissa, para análise do valor cultural, a existência de tal estrutura classificatória, que é ampliada por superposições de eixos metonímicos, como uma gramática fundamental do valor – tal universo simbólico descrito e notadamente impregnado há tempos nas instituições e nos costumes. Entretanto, o encaixe de novos signos dentro desta estrutura de oposição binária não se dá automaticamente: há sotaques entre os diferentes grupos sociais que engendram um esforço social de classificação e interpretação, relações de poder, onde podem ser presenciadas dúvidas e disputas, e mesmo variações sutis, que demandam igual atenção “interpretativa”, como advoga Geertz (1989).

⁹ A cruz de sucata de Santo André, hoje já recebeu pedras de quartzo, e fincou pé mesmo no lugar. De modo que, o catolicismo aí, não entra com valência negativa, e é *sui generis* que ele esteja simultaneamente nos lados opostos. Como é um termo de alta complexidade simbólica, não permite análise neste artigo, sem outros estudos a pormenorizá-lo. A princípio, tal dado aponta para a possibilidade do catolicismo ser um aspecto identitário forte da cidade de Vitória, pois reúne os dois lados da ilha; por exemplo, expresso, transposto, nas festividades da Semana Santa, festa católica, com a tradicional Torta Capixaba, famosa tanto na Praia do Canto quanto na Ilha das Caieiras (bairro contíguo a Santo André). Ou então, de modo não excludente, é possível ver também o catolicismo tomado como fator de aculturação do nativo e do escravo, já assimilado, socializado, colando-o na nova sociedade erigida.

Por exemplo, Iannis Zavoudakis, grego, também foi autor do monumento à Iemanjá, ainda que a estátua de Iemanjá possa ter sido reivindicação de pais e mães de santo de uma tradição afro-brasileira. A sereia é uma mistura, e Iemanjá também. A mistura é por definição difícil de classificar. E a dificuldade de classificação não é apenas de quem está tentando interpretar o significado cultural do monumento. Mas da própria comunidade. Há quem ouviu, à época, comentários de que a estátua tinha sido de mau gosto, isto para uns, enquanto outros a classificavam de linda.

Iemanjá tem igualmente fama de ser enganadora e fingida¹⁰. A dissimulação é uma qualidade da mistura, do tipo “lobo em pele de cordeiro” ou o contrário. Iemanjá está ligada a Nossa Senhora dos Navegantes, N.S. da Glória, e também a N.S. das Candeias ou da Candelária, santas católicas. E por que não a Nossa Senhora da Vitória, que deu origem ao nome da cidade. Vitória, na sua oposição mar-mangue é também uma cidade misturada, uma cidade onde as antíteses coexistem.

Outro exemplo de figura misturada em suas significações é a estátua do índio. Se os símbolos europeus tem seu lugar de destaque na região da Praia do Canto enquanto que os escravos ganharam seu monumento em bairro de classe baixa em Vitória; nestes casos, parece não ter havido dificuldades de classificação por parte dos moradores ou das autoridades sobre onde erigir as estátuas. Mas, e o índio, ora aliado, ora inimigo dos portugueses?

“O monumento é constituído de uma estátua de bronze, com a figura de um índio guerreiro, em tamanho natural assentado sobre uma pedra, apontando seu arco e flecha para a baía de Vitória” (FARIA, 1992:27). O índio guerreiro pode lutar contra ou a favor. O monumento chamava-se apenas “o índio”, mas os populares

¹⁰ “Uma lenda explica por que Iemanjá tem fama de ser enganadora e fingida. Quando ela se casou com Olofim, seu pai Olocum deu-lhe de presente as águas do mar. Com Olofim, Iemanjá teve dez filhos. Um dia ela resolveu abandonar o marido, fugindo de seu reino [ela vivia em terra]. Depois de muito andar chegou à beira do mar, mas não achou seu pai, nem um abrigo onde pudesse se esconder. Olofim queria a esposa de volta, por isso reuniu seus guerreiros e foi buscá-la. Iemanjá viu-se cercada de inimigos e ameaçada. Ela usou, então, um grande espelho para refletir os atacantes. Estes, ao verem sua própria imagem, confundiram-se e pensaram que eram os guerreiros de Iemanjá. Apavorados, eles fugiram, deixando a Orixá livre. Seu pai Olocum, recebeu-a como dona do mar.” Esta é “a origem do costume de se oferecer a ela espelhos” (TRIANA, s/d, p.78, sem grifo no original).

apelidaram-no de “o índio Araribóia”, herói, aliado dos portugueses, e convertido ao catolicismo.¹¹

O índio viu muitas reviravoltas até encontrarem sua classificação (talvez ainda não definitiva), como personagem histórico, no Centro da cidade. O autor não precisa a data de inauguração, apenas diz que é anterior a 1963.

A história deste monumento é bem folclórica. Inicialmente este índio apontava a sua flecha para a entrada da baía de Vitória, entre o Morro do Penedo e o Morro do Forte São João, com a inauguração da Avenida Beira Mar, no governo de Carlos Lindenberg, a estátua foi retirada e guardada no depósito da PMV. Nesta época simbolizava apenas o ÍNDIO, primeiro ocupante de nossas terras, mas depois o povo o batizou com o nome do guerreiro capixaba Araribóia.

No ano de 1963, uma letra de uma velha marchinha de carnaval, de autoria de Júlio Alvarenga (‘Bota o índio no lugar’), premiada em um concurso carnavalesco na Antiga TV Vitória, canal 4, nos tempos da Rede TUPI, foi cantada à exaustão pelos foliões nas ruas e nos clubes da capital, descontentes com a saída da estátua do índio da Beira Mar.

Assim era a marchinha: ‘Bota o índio no lugar/ ele quer tomar banho de mar/ bota o índio no lugar/ ele é da avenida beira-mar/ Era Araribóia/ ele quer voltar pra lá/ Doutor, por favor/ Bota o índio no lugar.

O índio retornou ao seu local original em 1963, através do processo no. 904/63. [...] Após a transcrição da música, [...] há o cumpra-se, em 15.05.63 – Sólton Borges – Prefeito Municipal.

No final da década de 70, o índio deixou o local durante a administração do prefeito Crisógono Teixeira da Cruz, e foi passar uma longa temporada no aterro da COMDUSA na Praia do Canto, mais especificamente no final da Av. Nossa Senhora dos Navegantes, na Praça da Finlândia, mas depois de novas pressões de populares e intelectuais voltou para a Av. Beira Mar (FARIA, 1992:27).

¹¹ “Herói brasileiro (séc. XVI), era chefe dos índios Temininós existentes no Espírito-Santo. Em sua língua seu nome significa ‘Cobra Feroz’, homem arguto e de boa índole, fez-se logo amigo dos colonizadores.

“Quando Estácio de Sá, em 1567, pediu auxílio ao Espírito Santo para expulsar os franceses do Rio de Janeiro, Vasco Coutinho Filho, então donatário da Capitania o procurou. O chefe índio pôs imediatamente à disposição do Donatário 200 companheiros, hábeis flecheiros, prontificando-se a partir, a frente deles, ‘bravos como um leão’. Aliando-se a Mem e Estácio de Sá, comandou seus guerreiros na luta contra o invasor e seus aliados Tamoios. Por seu heroísmo, o rei português agraciou-o com o título de Capitão-mor de sua aldeia (que se instalou na atual Niterói)

“Convertido ao catolicismo, Cobra Feroz foi batizado e recebeu, segundo a moda do tempo o nome de Martin Afonso Araribóia, homenagem ao velho Governador Geral, e recebeu o hábito de cavaleiro da ordem de Cristo” (FARIA, 1992:27).

O fato das reivindicações populares, para a volta do índio, ter acontecido no carnaval, tempo e espaço mítico no Brasil marcado pelas inversões, dá o tom sobre o significado ambíguo desta manifestação. O índio está atualmente localizado na Rua Sete, no Centro da Cidade, após uma passagem pela Praça Américo Poli Monjardim. É digno de nota que tenha a estátua estado durante alguns anos, na “Praça da Finlândia”, espaço simbólico que remete ao estrangeiro. Enquanto figura híbrida de significados, e por causa disto, o índio ziguezagueou pela cidade, e ainda continua, à procura do seu lugar.

Dá a entender um pouco mais o significado ambíguo do índio, ao analisar-se o Monumento à Onça, que lhe é complementar. Trata-se de uma escultura de concreto pintada, denotando uma onça em seu tamanho natural, rugindo. Foi inaugurada em 1966 durante a administração municipal de Sólon Borges.

Tratou-se de retratar uma antiga lenda capixaba. Diziam os antigos moradores [do] local que uma grande onça pintada morava na mata que encobria os contrafortes do morro da Capixaba. Entre as pedras brotava uma fonte de águas límpidas. A onça vivia neste local por haver água abundante. Certo dia um índio tentou beber água desta fonte, mas foi impossibilitado devido à ação da onça. Este correu desesperado em direção ao mar que beijava as praias junto ao Penedo. Para se perpetuar esta lenda foi colocado uma onça junto a Fonte da Capixaba e o índio junto ao Penedo na Av. Beira Mar. Onça e índio se completam nesta lenda (FARIA, 1992:108).

É importante lembrar que à Fonte da Capixaba são atribuídas, pelo folclore, propriedades mágicas. E que é esta fonte que batiza os capixabas com seu nome¹². Assim, o fato de existir uma lenda que narra a expulsão do índio da fonte,

¹² “Dizia-se que a criancinha que tomasse o primeiro banho com as águas da *fonte da Capixaba*, seria rica e feliz. Tanto bastou para que tal prática logo entrasse nos hábitos dos seus moradores. É assim que, assistindo ao banho do recém-nascido, indagavam as comadres, apontando para a água da bacia - é *capixaba*? No caso afirmativo estariam asseguradas ao bebê, pela existência em fora, felicidade e fortuna. Opulento e venturoso também seria todo aquele que, mesmo tendo nascido longe da *fonte da Capixaba*, pudesse misturar às águas do primeiro banho um pouco do precioso líquido, que dali lhe houvesse sido enviado por algum parente ou amigo dedicado. Destarte, com o decorrer do tempo, o nome da fonte veio a determinar, por distensão, os que tivessem nascido perto ou distante da *Capixaba*” (OLIVA, Menezes de. *Você sabe por quê?*, Laemmert Ltda., Rio, 1962, p. 91 *apud* NEVES, Guilherme Santos, 1963). Esta história da Fonte da Capixaba ser origem do apelido dado aos nascidos nesta terra ao serem batizados com a água da Capixaba, faz mais sentido, do que se considerarmos apenas a acepção da palavra, lavrador ou roça de milho, uma vez

reforça a posição de submissão do índio frente ao colonizador, e reforça também outra lenda, a da fundação da cidade, da batalha vencida contra os indígenas.

O índio, como Iemanjá, permanece uma figura híbrida. Ora aliado, ora inimigo. As figuras híbridas são frequentemente reclassificadas, num movimento pendular, envolvendo a disputa entre grupos até que se atinja uma classificação mais permanente, como se depreende da análise, ou, em outro caso possível, sem que tenha sido aqui observado empiricamente, estas misturas poderiam também ser classificadas pelo “peso” das suas partes componentes, enquanto critérios de avaliação.

A troca de lugar da estátua, não parece ser sempre motivada pela dificuldade de classificação. Aqui, é preciso interpretar as interpretações. Por exemplo, o obelisco dedicado a Vasco Fernandes Coutinho, fundador da cidade, de 1935 é um dos mais antigos da cidade, e passou por três bairros, no centro da cidade, no bairro da Capixaba e finalmente na Praia do Canto.¹³

O monumento é representado por um obelisco de **granito**, constituído de uma só peça inteiriça que assenta sobre quatro esferas de metal, sobre artística e trabalhada base de pedra. Nas duas faces da base em que assenta o obelisco, há placas de bronze, com expressivos altos-relevos, representando cenas do desembarque daquele fidalgo português, com seus 60 companheiros [e a efígie do colonizador à meia altura do obelisco, também em bronze, como uma medalha] (FARIA, 1992:23, grifo nosso).

Neste caso, não se trata de uma figura misturada, mas “pura”, original. Logo, não se mudou o sentido atribuído ao português, no sistema classificatório, apesar da estátua ter se deslocado fisicamente. Na verdade, o que mudou foi, possivelmente, o significado atribuído ao contexto que cercava o objeto. Parece acertado dizer que

que palavras com raiz semelhante adquiriram no Brasil, e no Espírito Santo também, sentido às vezes pejorativo, como capiau e caipira (caa quer dizer mato, ou roça, em tupi, que origina também a palavra capim). Assim, parece plausível que, por causa da Fonte da Capixaba, esta palavra tenha sido ‘sacralizada’ no universo simbólico dos colonizadores.

¹³ “Inicialmente colocado na Praça Oito de Setembro, foi posteriormente movido para o final da Avenida Capixaba, hoje Jerônimo Monteiro e finalmente para Aterro da Enseada do Suá – Praia do Canto” (FARIA, 1992:23). A afirmação que fazemos que a estátua esteve próxima à fonte da capixaba (bairro da capixaba), foi por dedução, de que “final da avenida” deveria ser no sentido Centro-Praia do Canto. Mas não conseguimos confirmar esta informação.

o Centro da Cidade foi se tornando com o tempo um bairro misturado, que é a visão incontestada que se tem do bairro hoje¹⁴, no sentido de acumular alguma decadência, ou também como costuma ser dito, de que está precisando passar por um processo de revitalização, e isso deve ter motivado, simbolicamente, a saída da estátua. Provavelmente, ela não se encaixava mais no contexto do bairro. Ela precisava ser salva do contexto.

Fustel de Coulanges relata o caráter sagrado atribuído ao fundador nas cidades da Roma e da Grécia antiga.

O fundador era o homem que realizava o ato religioso sem o qual a cidade não poderia estabelecer-se. Era o fundador quem assentava o lar, onde, para todo o sempre, devia brilhar o fogo sagrado. Era o fundador quem, pelas suas preces e os seus ritos, invocava os deuses e os fixavam para sempre na nova cidade.

Pode-se imaginar quanto respeito devia tributar-se a esse homem sagrado. Durante sua vida, os homens viam no seu fundador o autor do culto e o pai da cidade; morto, tornava-se um antepassado comum para todas as gerações que se sucedessem e era, para a cidade, aquilo que o primeiro antepassado fora para a família, um Lar familiar. A sua memória perpetuava-se como o fogo do lar por ele acendido. Dedicavam-lhe culto, julgavam-no deus, e a cidade o adorava como se fora sua Providência. Sobre o seu túmulo todos os anos se renovavam sacrifícios e festas. [...] Todos sabemos que Rômulo era adorado tendo templo e sacerdotes. [...] Do mesmo modo cada cidade adorava aquele que o tinha fundado: Cérops e Teseu, que os povos consideravam como, sucessivamente, fundadores de Atenas, tinham seus templos na cidade (COULANGES, 1975:113).

Embora não se tenha identificado outras comemorações específicas em homenagem a Vasco Coutinho, é importante ressaltar que o município de Vila Velha decreta, no dia do Solo Espiritossantense, feriado municipal, e Vitória, ponto facultativo¹⁵. Dia também em que Vila Velha, local de chegada da embarcação de

¹⁴ Hoje, o centro da cidade pode ser descrito como um bairro misturado: de passado ilibado, mas muitas vezes vazio de almas e com a presença de elementos potencialmente percebidos como poluidores: o porto, o trânsito, favelas nos arredores, e travestis.

¹⁵ O município de Vila Velha decreta feriado municipal, no dia do solo Espírito-Santense, dia da chegada de Vasco Coutinho à capitania do Espírito Santo. O que reforça o caráter de “tempo sagrado” da data, apesar das festividades não serem efusivas.

Coutinho, torna-se sede temporária do governo estadual. A tradição clássica parece ter sido transmitida o suficiente, para suspeitar do monumento de Coutinho como um indicador do “Centro” gravitacional da cidade, para estima da Metrópole portuguesa.

4. Considerações Finais

O que se apresentou foi um estudo exploratório do universo simbólico da cidade de Vitória a partir de pistas deixadas pela história. Um complemento deste estudo, não apresentado aqui, envolve o olhar etnográfico sobre a cidade, para novamente validar e descortinar a estrutura deste sistema, superpondo conjuntos de informações qualitativas para definir com esmero os padrões encontrados.

As informações apresentadas neste artigo evidenciam a polarização da cidade de “granito” e de “mangue”, nos seus termos componentes e derivações metonímicas e metafóricas, tomada como transposição da própria polarização entre metrópole e colônia, entre portugueses e índios, ato fundador da sociedade brasileira e também da capixaba. Pode-se afirmar com forte evidência, a partir das informações coletadas, que o exterior é índice de valor para o capixaba, reproduzindo a relação de dominação existente na fundação desta sociedade. Futuramente, este estudo pode ser complementado por outros para melhor descrever a relação entre o valor cultural e o valor econômico numa perspectiva teórica.

Para finalizar este texto, uma provocação imaginativa. Sabe-se que o Novo Arrabalde – a região da Praia do Canto - foi projetado há pouco mais de 100 anos como eixo de crescimento da cidade. E somente agora começa a dar sinais de esgotamento; exigindo intervenções para melhoria do trânsito e já com rarefeitas áreas para o crescimento verticalizado. Sabe-se também que o nível do mar subirá nos próximos 100 anos, ou menos, alagando boa parte da cidade de Vitória. Assim, é possível imaginar que se a população tivesse que levar um monumento para um novo município, talvez nas prometidas terras de Canaã, para abrigar daqui a alguns anos seu excedente populacional. É possível imaginar que os munícipes

levariam o obelisco de Vasco Coutinho, para contagiar com seus fluídos épicos a nova cidade, salvando-o da já alagada Praia do Canto.

Mas cabe notar, mais uma vez, que as duas estátuas que mudaram de lugar em Vitória, foram o monumento a Vasco Coutinho e também aquele do Índio: os míticos fundadores. O rito escreve o mito. Assim, em Vitória existem estátuas que se movem, andam e perambulam pela cidade. Não se sabe se isto acontece em outras praças. De modo que, o que acontece no próximo capítulo desta estória? Se Vasco Coutinho quisesse mesmo ir para a nova Vitória, o que faria o Índio? Ficaria? Acertaria sua flecha em Vasco, e reinaria? Bem, talvez, o índio deixasse de lado a sua arma para ficarem os dois em paz. Ou, quem sabe, juntos, afundariam para o esquecimento...

Para muitos, este exercício imaginativo é capaz de levar a uma revelação aterradora: toda tradição é inventada, é escolhida. Mas tal entendimento, tal abertura de consciência, permite também uma centelha criativa: que tal erigir uma cidade fundada em novos valores?

Referências

ALEIXO, Alceu. *Histórias da história capixaba*. Vitória: Prêmio Cidade de Vitória de Mil Novecentos e Cinquenta e Um, 1958.

ALMEIDA, Júlia. Artigo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1912.

BIARD, Auguste-François. *Viagem à província do Espírito Santo*. (Tradução de José Augusto Carvalho) Vitória: Cultural-ES; Aracruz Celulose; Fundação Jônice Tristão, s/d. 123p. [publicado no original em 1862, Librairie Hachette. *Deux années au Brésil*).

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris : Librairie Droz, 1972.

_____. *La distinction : critique social du jugement*. Paris : Les éditions de Minuit. 1979.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

COELHO, Claudio M. *Casa-grande & senzala: indiciarismo e política na obra de Gilberto Freyre*. In: **SINAIS - Revista Eletrônica** - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.02, v.1, Outubro. 2007.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições de Grécia e de Roma*. São Paulo, Hemus, 1975.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense, 1879. [compilação e atualização ortográfica: Maria Clara Medeiros Santos Neves; Revisão: Reinaldo Santos Neves] (acessado em www.estacaocapixaba.com.br em 04/01/2004).

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6aed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUMONT, Louis. *Homo hierarquicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARIA, Willis de. *Catálogo dos monumentos históricos e culturais da capital*. Vitória: Lei Rubem Braga, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Lisboa: Livro do Brasil-Lisboa, 1983.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KUSTER, Eliana. *Marcovaldo e os doze passeios de Vitória: percursos temporais do conhecimento e valorização da região central da cidade*. Vitória, (patrocínio da Lei Rubem Braga) 2003.

NEVES, Guilherme Santos. *Por que somos capixabas*. Artigos. **Jornal A Gazeta**, Vitória-ES. 19, 21, 22 e 23 de maio de 1963.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SPERBER, Dan. *O simbolismo em geral*. São Paulo: Cultrix, 1978.

STOCKING JR, G. *"Franz Boas and the culture concept in historical perspective"*. In: **Race, culture and evolution**. New York: The Free, Press, 1968: 195-233.

STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo, Cosac e Naif, 2004.
_____. *Pensamento Selvagem*. São Paulo, Papirus, 2005.

TRIANA, Bárbara. *Conheça seu orixá*. Editora Eco. 2ª. Edição. s/d.